



## SENADO FEDERAL

**Processo nº** 00200.001803/2021-68 (VOLUME 1)

**Assunto:** ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - ACT ENTRE O INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO - ILB E A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA.

**Interessado:** INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO - ILB; CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

**Referência:** 00100.011997/2021

**Data da autuação:** 05/02/2021

**Nível de acesso:** OSTENSIVO



**SIGAD-SF**

Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos

**SENADO FEDERAL**

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB  
Gabinete Administrativo do ILB

Despacho nº 26/2021 – DEXILB

Em 05 de Fevereiro de 2021.

Ao Senhor

**CLAUDIO ALVES CAVALCANTE**

Coordenador da Coordenação Administrativa e Financeira - COADFI

Senhor Coordenador,

De ordem do Diretor-Executivo deste Instituto, encaminhamos os presentes autos informando que há interesse da Diretoria-Executiva do ILB no Acordo de Cooperação Técnica – ACT, com a Câmara Municipal de São José de Ribamar - MA, conforme solicitação apresentada no documento NUP: 00100.011991/2021- 61.

Atenciosamente,

**ENY MARIA SERRA MONTEIRO**

Chefe de Gabinete do ILB





**CAMARA MUNICIPAL  
SÃO JOSÉ DE RIBAMAR**

Ofício nº

São José de Ribamar, 07/01/2021

Ao Senhor

Marcio Chalegre Coimbra

Diretor-Executivo do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB

Senado Federal

Assunto: solicitação de **Acordo de Cooperação Técnica**

Senhor diretor,

É do conhecimento desta Câmara Municipal que o Programa Interlegis é referência nacional de instrumento de apoio no processo de modernização e integração do Poder Legislativo brasileiro, colaborando de forma efetiva no cumprimento das leis 12.527/2011, de Acesso à Informação, e Lei Complementar 101/2000, sobre a transparência na atuação de órgãos públicos.

Da mesma forma, esta Casa reconhece que o Interlegis realiza sua missão, em grande parte, com a transferência de tecnologia – disponibilização de forma gratuita de ferramentas tecnológicas desenvolvidas para as câmaras –, e ações de capacitação, conhecidas como oficinas.

A fim de poder ter acesso aos produtos e serviços oferecidos pelo Programa, estamos formalizando nosso interesse em firmar com o Senado Federal **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, de acordo com as orientações recebidas. Estamos convencidos de que a parceria será de grande impacto para a modernização da nossa casa legislativa, para a segurança dos dados, para a transparência e para a eficiência dos trabalhos legislativos e administrativos.

Confiamos também que o atendimento a esta solicitação permitirá, além da qualificação técnica dos servidores, uma economia significativa de recursos financeiros tanto na área de Tecnologia da Informação, quanto na capacitação de Recursos Humanos.

Atenciosamente,

  
**FRANCIMAR LIMA SILVA JACINTHO**

**PRESIDENTE**



SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA que entre si celebram o Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Câmara Municipal de São José de Ribamar - Maranhão, doravante denominada Casa Legislativa.

O **SENADO FEDERAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.530.279/0001-15, com a participação do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) – Escola de Governo do Senado Federal e órgão executor do Programa Interlegis, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, neste ato representado pela Diretora-Geral do Senado, ILANA TROMBKA, e pelo Diretor-Executivo do ILB, MÁRCIO CHALEGRE COIMBRA, doravante denominado SENADO/ILB, e a Câmara Municipal de São José de Ribamar com sede AV GONCALVES DIAS s/n Centro São José de Ribamar – MA CEP: 65110-000 e CNPJ: 07.523.400/0001-20, neste ato representado pelo seu Presidente a Senhora FRANCIMAR LIMA SILVA JACINTHO inscrito no CPF: ... e RG: ..., resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, em conformidade com o que dispõem a Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993, no que couber, e a Resolução do Senado Federal nº 13, de 25 de junho de 2018, mediante as seguintes condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Este Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto estabelecer e regular a participação da CASA LEGISLATIVA na implementação das ações de modernização do ILB/INTERLEGIS - Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo, para estímulo e promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo, cuja execução depende do esforço e interesse comuns de seus partícipes.





SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** São finalidades deste Termo:

- I- promover a operacionalização da Comunidade Virtual do Poder Legislativo;
- II- promover a capacitação e o intercâmbio de conhecimentos e Tecnologia da Informação (programas de tecnologia da informação e comunicação) com o fim de aumentar a eficiência das casas legislativas;
- III- estimular a produção, captação e disseminação de informações de interesse dos legisladores brasileiros, de forma a democratizar o acesso às informações necessárias ao desempenho de suas funções legislativas;
- IV- estimular e promover a participação cidadã nos processos legislativos;
- V- promover a consolidação e a validação dos modelos de integração e modernização desenvolvidos pelo ILB/Programa Interlegis.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Toda ação ou atividade necessária à implementação do objeto deste Acordo, será formalizada por meio de Plano de Trabalho, observado o objeto estabelecido na Cláusula Primeira.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA INTERLEGIS**

São atribuições do ÓRGÃO EXECUTOR:

- I- disponibilizar à CASA LEGISLATIVA, os produtos descritos na Cláusula Quarta, de acordo com as suas viabilidades técnica e financeira;
- II- manter atualizados os sistemas em meio eletrônico disponibilizados pelo Programa Interlegis, propiciando melhoria do processo de modernização para a CASA LEGISLATIVA;
- III- viabilizar os meios técnicos, entendidos como modelos de modernização legislativa nas áreas de tecnologia, comunicação, informação, educação e sustentabilidade, para que a CASA LEGISLATIVA possa apoiar seus legisladores no aumento da transparência, da representatividade e da legitimidade democráticas;
- IV- garantir os meios necessários à disponibilização por sete dias da semana, vinte e quatro horas por dia, dos programas de tecnologia da informação e comunicação fornecidos e hospedados pelo ILB/Programa Interlegis, bem como o seu uso legal durante a vigência deste instrumento, ressalvadas as indisponibilidades necessárias para a realização de





SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB

manutenções preventivas e corretivas, que serão comunicadas através de serviço de mensageria, bem como as indisponibilidades causadas por incidentes fortuitos fora do controle da equipe técnica, sendo estes comunicados, no mesmo sistema de mensageria, assim que detectados; e

- V- acompanhar e fiscalizar os cumprimentos das metas e a aplicação das soluções previstas no Plano de Trabalho.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CASA LEGISLATIVA**

São atribuições da CASA LEGISLATIVA:

- I- disseminar e divulgar, no âmbito da sua estrutura organizacional, a existência do presente Acordo de Cooperação Técnica e em especial o que estabelece a Cláusula Primeira e respectivos Parágrafos;
- II- providenciar a capacitação de seus colaboradores, bem como a instalação e manutenção de programas e meios de tecnologia da informação e comunicação necessários para o acesso e operação dos produtos e serviços descritos na Cláusula Quarta, e o pessoal necessário à sua operação;
- III- disponibilizar e manter, caso opte em utilizar as soluções disponibilizadas pelo ÓRGÃO EXECUTOR em infraestrutura própria, a infraestrutura para instalação de programas de tecnologia da informação e comunicação disponibilizadas pelo ÓRGÃO EXECUTOR, nos termos da Cláusula Quarta;
- IV- promover junto à equipe técnica do ILB/Programa Interlegis a inclusão, a exclusão e a atualização das informações de usuários, e direitos de acesso aos serviços oferecidos pelo Programa, no cadastro de autorizados, localizados na sede em Brasília;
- V- informar a todos os usuários cadastrados sobre as normas de utilização estabelecidas para o uso de programas e meios de tecnologia da informação e comunicação, disponibilizados pelo ILB/Programa Interlegis;
- VI- indicar servidor responsável administrativo pela boa execução das cláusulas celebradas neste Acordo de Cooperação Técnica, informando a sua eventual substituição;
- VII- designar e comunicar formalmente ao ÓRGÃO EXECUTOR o servidor responsável técnico pelas soluções descritas na Cláusula Quarta a serem implantadas pelo ILB/Programa Interlegis, informando sua eventual substituição;
- VIII- incentivar o desenvolvimento colaborativo de soluções tecnológicas para a melhoria dos seus processos, assim como torná-las disponíveis no repositório de soluções do Interlegis, quando for o caso, e promover seu aperfeiçoamento, objetivando a utilização por outros membros da Comunidade Virtual do Poder Legislativo; e





SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB

IX- prestar contas, anualmente, das metas previstas no Plano de Trabalho.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS PRODUTOS E SERVIÇOS COLOCADOS  
À DISPOSIÇÃO DA CASA LEGISLATIVA**

O ÓRGÃO EXECUTOR desenvolverá junto a CASA LEGISLATIVA ações de modernização, a partir do fornecimento de produtos e serviços de tecnologia, no intuito de ser atendido o objeto deste Acordo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Os produtos disponibilizados para a CASA LEGISLATIVA têm respaldo nas suas normas de uso estabelecidas pelo ILB/Programa Interlegis e em conformidade com a legislação pertinente, enquanto software público, com o intuito de implementar o objeto deste Acordo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Os serviços disponibilizados para a CASA LEGISLATIVA têm respaldo nas suas normas de prestação estabelecidas pelo ILB/Programa Interlegis e em conformidade com a legislação pertinente, enquanto órgão público federal, com o intuito de implementar o objeto deste Acordo de Cooperação Técnica.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CASA LEGISLATIVA**

São de inteira responsabilidade da CASA LEGISLATIVA:

- I- a boa e regular manutenção das soluções do ILB/Programa Interlegis na forma estabelecida neste termo;
- II- as consequências legais ou técnicas advindas de instalação ou uso de programas de computadores não distribuídos pelo ORGÃO EXECUTOR;
- III- as informações alimentadas em seus bancos de dados, o conteúdo das páginas internet e mensagens eletrônicas originadas de seus equipamentos;
- IV- os danos que vierem a ocorrer por imperícia ou imprudência do pessoal designado para utilização dos programas de tecnologia da informação e comunicação oferecidas pelo ÓRGÃO EXECUTOR;
- V- no caso de desistência da utilização dos programas de tecnologia da informação e comunicação pela Casa Legislativa, esta se obriga a informar com a devida antecedência ao ILB/Programa Interlegis, nos termos da Cláusula Oitava.





SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB

### **CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Este Acordo de Cooperação Técnica não implica compromissos financeiros entre os convenientes. O custeio das despesas inerentes às atividades eventualmente acordadas pelos celebrantes correrá por conta das dotações orçamentárias de cada um deles, não significando, em qualquer hipótese, a transferência de valores entre os partícipes.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**

Este Acordo de Cooperação Técnica entrará em vigor e produzirá efeitos imediatos a partir da data de sua publicação, e terá duração de 60 (sessenta) meses, conforme o artigo 57, II, da Lei 8666/93.

### **CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO**

Este instrumento de Acordo de Cooperação Técnica e seus anexos poderão ser denunciados, rescindidos ou extintos de comum acordo entre os partícipes ou, unilateralmente, desde que o denunciante comunique sua decisão, por escrito, no prazo mínimo de 90 (noventa) dias de antecedência, ou rescindido de imediato pelo ÓRGÃO EXECUTOR, no caso de descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** A eventual extinção, denúncia ou rescisão deste Acordo ensejará o fim da cooperação entre os partícipes, bem como o encerramento da disponibilização de serviços pelo ÓRGÃO EXECUTOR à CASA LEGISLATIVA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Fica assegurado o acesso, pela CASA LEGISLATIVA, aos backups de todas as informações a ela pertencentes e que estão sob a guarda do Interlegis, pelo prazo de 60 dias após a eventual extinção do Acordo de Cooperação Técnica.

### **CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Ao nome do Instituto Legislativo Brasileiro/Programa Interlegis não poderão ser vinculados qualquer outro fato ou ato distinto do objeto deste Acordo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** É parte integrante deste Acordo de Cooperação Técnica os Planos de Trabalho, anexos.







SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** Os casos omissos serão solucionados mediante entendimento entre os partícipes e formalizados por meio de Termos Aditivos.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO**

O presente Acordo de Cooperação Técnica será publicado pelo ÓRGÃO EXECUTOR, em forma resumida, no Diário Oficial da União.

E, por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, juntamente com as testemunhas.

Brasília

---

**ILANA TROMBKA**

Diretora-Geral do Senado Federal

---

**MÁRCIO CHALEGRE COIMBRA**

Diretor Executivo do ILB  
Programa Interlegis

---

**FRANCIMAR LIMA SILVA  
JACINTHO**

Presidente da Câmara Municipal de São  
José de Ribamar - MA  
CPF: 705.718.563-49  
RG: 207179620021





SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_

—  
...  
Câmara Municipal de ...  
CPF: ...  
RG: ...

\_\_\_\_\_

—  
...  
Câmara Municipal de ...  
CPF: ...  
RG: ...





SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB

ANEXO I

**PLANO DE TRABALHO**                      N°

Instrumento que integra o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Câmara Municipal de ... e o Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro - ILB/Programa Interlegis, contendo todo detalhamento das responsabilidades assumidas pelos partícipes, conforme disposto no §1º, art. 116, da lei 8.666/93.

**1. DADOS CADASTRAIS**

Câmara Municipal de ...

CNPJ: ...

Estado: ...

Endereço: ...

CEP: ...

Fone: ...

**2. OBJETIVO**

O presente Plano de Trabalho tem como objetivo subsidiar o planejamento, a execução, o monitoramento e o controle da atuação do ILB/Interlegis junto a Casa Legislativa, objetivando a realização das Ações solicitadas formalmente pela Casa Legislativa e oferecidas no sítio do LB/Interlegis ([www.interlegis.leg.br](http://www.interlegis.leg.br) – Consultoria e Informação; Produtos de Tecnologia; Capacitação ILB e Relacionamento).

**3. JUSTIFICATIVA**

O desenvolvimento deste plano assegura a ampliação das Ações de modernização e integração compatíveis com a missão do ILB/Interlegis junto ao Legislativo Brasileiro.





SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB

#### 4. METAS A SEREM ATINGIDAS

1. Aprovação e assinatura do Termo de Acordo de Cooperação Técnica entre os partícipes;
2. Estabelecimento de rotinas periódicas de disponibilização de dados e informações entre os partícipes, preferencialmente por meio eletrônico, observadas as limitações técnicas e legais;
3. Desenvolvimento e compartilhamento de programas e meios de tecnologia de informação e comunicação, do intercâmbio de conhecimentos e de informações de bases de dados entre os partícipes, em especial:
  - 3.1. Implantação e manutenção na Casa Legislativa de programas e meios de tecnologia da informação e comunicação, fornecidos pelo ILB/Interlegis, com a atualização periódica de seus dados e informações; e
4. Realização de eventos locais, pela Casa Legislativa, objetivando a difusão dos padrões e instrumentos do ILB/Interlegis, em conjunto com a Comunidade Virtual do Legislativo (Rede de casas legislativas conveniadas).

#### 5. FASES DE EXECUÇÃO

As atividades terão início na data de assinatura do Plano de Trabalho e se encerrarão no fim da vigência do Acordo de Cooperação Técnica, agrupadas nas fases de Diagnóstico, Planejamento, Execução, Monitoramento e Controle.

#### 6. PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

O presente termo não implica transferência de recursos financeiros, determinando-se que o ônus decorrente de ações específicas, desenvolvidas em razão do instrumento, são de responsabilidade dos respectivos partícipes.

#### 7. RESPONSABILIDADES DA CASA LEGISLATIVA

A Casa Legislativa que sediar as Ações, prevista neste termo, será responsável pelo fornecimento de:

- a. Espaço compatível para a realização das Ações, previstas para a Casa;
- b. Logística de recepção e traslados dos técnicos e autoridades;
- c. Técnicos para o aprendizado no uso das tecnologias fornecidas pelo ILB/Interlegis, que efetivamente serão os operadores desta tecnologias, dentro da Casa;
- d. Colaboração, de acordo com as possibilidades, no desenvolvimento de soluções para o Legislativo Brasileiro, a partir do ambiente <https://colab.interlegis.leg.br/>; e
- e. Assegurar a atualização das informações nos bancos de dados dos produtos a serem implantados.





SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB

## 8. VALIDADE DO PLANO DE TRABALHO

O plano de trabalho terá validade durante toda a vigência do Acordo de Cooperação Técnica, de comum acordo dos partícipes.

## 9. APROVAÇÃO PELOS PARTICÍPES

**APROVADO, após análise técnica.**

Brasília-DF, ... de ... de ...

---

**ILANA TROMBKA**  
Diretora-Geral  
SENADO FEDERAL

---

...  
Presidente  
CÂMARA MUNICIPAL DE ...





SENADO FEDERAL  
Instituto Legislativo Brasileiro – ILB  
Coordenação Administrativa e Financeira - COADFI  
Serviço de Contratos e Convênios - SCCO

Processo nº 00200.001803/2021-68

Despacho nº 32/2021-SCCO-ILB

**Assunto:** Acordo de cooperação técnica.

**Senhor Diretor da Secretaria de Administração de Contratações**

Encaminhamos a Vossa Senhoria o presente processo para as providências necessárias visando a celebração do Acordo de Cooperação Técnica, entre o **Instituto Legislativo Brasileiro – ILB** e a **Câmara Municipal de São José de Ribamar - MA**.

Complementarmente, apresentamos as seguintes informações:

- i. A **minuta do Acordo de Cooperação Técnica** (NUP 00100.012004/2021-45) se encontra devidamente preenchida;
- ii. Segue despacho nº 26/2021 - DEXILB (NUP 00100.011997/2021-38) com a **manifestação deste ILB favorável à celebração da avença**. Esclarecemos que a parceria visa atender interesse comum entre as duas Instituições, cujo objeto e justificativa constam dos termos do documento;
- iii. Encaminhamos Ofício s/nº, com o **manifesto de interesse daquela câmara** visando à celebração da parceria.

Por fim indicamos o Chefe do Serviço de Contratos e Convênios - SCCO e seu Substituto como **gestores titular e substituto** da supramencionada avença.

Brasília, 06 de fevereiro de 2021.

*(assinado eletronicamente)*

**CLÁUDIO ALVES CAVALCANTE**  
**Coordenador Administrativo e Financeiro – COADFI/ILB**





## SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração das Contratações – SADCON  
Coordenação de Planejamento e Controle de Contratações – COPLAC  
Serviço de Contratos – SECON

Ofício nº 126/2021 – SECON/COPLAC/SADCON (SIGAD)

Ao Sr. Coordenador da COPLAC.

Assunto: **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA. Novo Acordo de Cooperação Técnica. Análise de Minuta.**

1. Tratam os autos de novo Acordo de Cooperação Técnica que tem por objeto estabelecer e regular a participação da Câmara Municipal de São José de Ribamar/MA na implementação das ações de modernização do Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB/INTERLEGIS, para estímulo e promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo.
2. A Câmara Municipal de São José de Ribamar/MA, por meio do documento nº 00100.011991/2021-61, manifestou interesse em celebrar Acordo de Cooperação Técnica com o Senado, com o intuito de viabilizar a implantação dos seus produtos e serviços para atender as necessidades da Câmara Municipal, mediante adesão ao Programa INTERLEGIS. Por meio do documento nº 00100.011997/2021-38, o Instituto manifestou concordância com a celebração da avença.
3. Ato contínuo, o Serviço de Contratos e Convênios – SCCO juntou aos presentes autos a minuta de Acordo de Cooperação Técnica e seu Plano de Trabalho, documento nº 00100.012004/2021-45. Na sequência, os autos foram remetidos a essa SADCON, mediante documento nº 00100.012293/2021-82, oportunidade em que foram sugeridos os gestores titular e substituto, a fim de dar continuidade à instrução.
4. Ressalta-se que o Acordo em questão **não** implica transferência de recursos financeiros entre os partícipes, conforme Cláusula Sexta do instrumento. Ademais, registre-se que a Câmara Municipal São José de Ribamar/MA se encontra em situação regular junto ao FGTS, à Justiça do Trabalho, ao CEIS e ao CNJ, **Anexo I**. Não obstante, a certidão concernente à Receita Federal encontra-se com pendência. Desse modo, a Câmara foi instada a regularizar a situação, **Anexo II**.
5. Ante o exposto, sugere-se, s.m.j., o encaminhamento da **minuta de Acordo de Cooperação Técnica e o Plano de Trabalho, documento nº 00100.012004/2021-45**, ao Núcleo de Processos de Contratações – NPCONT/ADVOSF, para análise, conforme dispõem o Parágrafo Único do art. 38 da Lei nº 8.666/93 e o art. 63, § 1º, do Ato da Diretoria-Geral nº 9/2015, que estabelece as normas procedimentais para contratações no âmbito do Senado Federal.

Respeitosamente,

(Assinado eletronicamente)

**Nathália Villela**

**Chefe do SECON**





Processo nº 00200.001803/2021-68

**SENADO FEDERAL**

Secretaria de Administração das Contratações – SADCON  
Coordenação de Planejamento e Controle de Contratações – COPLAC  
Serviço de Contratos – SECON

**De acordo.**

Encaminhem-se os autos ao NPCONT/ADVOSF, para análise e emissão de parecer.

*(Assinado eletronicamente)*

***Alexandre Mattos de Freitas***

**Coordenador da COPLAC**

U:\COPLAC\SECON\SECON2021\ENCAMINHAMENTOS\ADVOSF\Acordos, Cooperação Técnica, Convênios, Protocolo de Intenções\CÂM. MUN. SAO JOSE DE RIBAMAR - NOVO ACT 001803 2021 (NV).doc







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MUNICIPIO DE SAO JOSE DE RIBAMAR - CAMARA MUNICIPAL (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.523.400/0001-20

Certidão n°: 5702007/2021

Expedição: 12/02/2021, às 14:43:55

Validade: 10/08/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MUNICIPIO DE SAO JOSE DE RIBAMAR - CAMARA MUNICIPAL (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **07.523.400/0001-20**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 07.523.400/0001-20  
**Razão Social:** RIBAMAR CAMARA MUNICIPAL  
**Endereço:** AVE GONCALVES DIAS S/N / CENTRO / SAO JOSE DE RIBAMAR / MA /  
65110-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 02/02/2021 a 03/03/2021

**Certificação Número:** 2021020201133132037481

Informação obtida em 12/02/2021 14:47:23

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica**

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 12/02/2021 15:47:54

**Informações da Pessoa Jurídica:**

Razão Social: **MUNICIPIO DE SAO JOSE DE RIBAMAR - CAMARA MUNICIPAL**  
CNPJ: **07.523.400/0001-20**

**Resultados da Consulta Eletrônica:**

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).



Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



## Lívia Menezes Peral

---

**De:** SECON - Serviço de Contratos  
**Enviado em:** sexta-feira, 12 de fevereiro de 2021 15:01  
**Para:** 'contato@cmsaojosederibamar.ma.gov.br'  
**Assunto:** Pendência de Certidão  
**Anexos:** Pendência José de Ribamar.pdf

Prezados,

Visando a instrução do Novo Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto Legislativo Brasileiro e esta Câmara Municipal, faz-se necessária a obtenção de certidão regular junto à Receita Federal, uma vez que não foi possível obter certidões válidas mediante consulta realizada, vide anexo.

Diante disso, solicitamos a manifestação sobre o ocorrido e as devidas providências para continuidade da instrução.

Favor acusar recebimento após a visualização deste e-mail.

Em caso de dúvida, tratar com Nathália Villela, nos telefones (61) 3303-4498 ou (61) 9 8149-0249.

Atenciosamente,

**Lívia Menezes Peral**

Serviço de Contratos - SECON | COPLAC | SADCON

Bloco de Apoio II, Mezanino, sala 17

70165-900 Brasília - DF

Telefone: + 55 (61) 3303-4160





## SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

### PARECER Nº 143/2021-ADVOSF

Processo nº 00200.001803/2021-68

*Minuta de Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o Senado Federal – ILB e a Câmara Municipal de São José de Ribamar/MA. Implementação de ações de modernização do ILB/INTERLEGIS para estímulo e promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo. Análise Jurídica. Pela aprovação, com recomendações.*

### I – RELATÓRIO:

Trata-se de processo administrativo encaminhado a esta Advocacia para análise de minuta de Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o Senado Federal, por intermédio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), e a Câmara Municipal de São José de Ribamar - MA, que tem por objeto estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa na implementação das ações de modernização do ILB/INTERLEGIS (Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo) para estímulo e promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo, cuja execução depende do esforço e interesse comuns de seus partícipes.

Conforme disposto na Cláusula Sétima do acordo, o prazo de vigência foi fixado em 60 (sessenta) meses, com efeitos imediatos a partir da data de sua publicação.





## SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Os partícipes manifestaram interesse em celebrar o ajuste em estudo nos documentos de nºs 00100.011991/2021-61 e 00100.011997/2021-38.

O Serviço de Contratos e Convênios do ILB (SCCO) orientou à SADCON, mediante Despacho nº 32/2021, a indicação dos gestores titular e substituto (doc. nº 00100.012293/2021-82).

Foram juntadas as certidões destinadas a demonstrar a regularidade da Câmara Municipal de São José de Ribamar referentes ao FGTS, à Justiça do Trabalho, ao CEIS e ao CNJ (doc. nº 00100.015048/2021-27-1).

Por derradeiro, os autos vieram a esta Advocacia para análise da minuta de Acordo de Cooperação Técnica acostada aos autos (doc. nº 00100.012004/2021-45), em obediência ao disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93 c/c o artigo 63 do Ato da Diretoria-Geral nº 09/2015.

## II – FUNDAMENTAÇÃO:

Cumprido destacar, inicialmente, que a este órgão jurídico compete a análise restrita à legalidade do processo, não lhe sendo possível adentrar o mérito administrativo, ou seja, imiscuir-se em ponderações de conveniência e oportunidade exclusivas das autoridades competentes.

Feita a indispensável digressão, tem-se que o ajuste pretendido possui natureza de “Convênio”, na modalidade de “Acordo de





## SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Cooperação Técnica”, caracterizado como um dos instrumentos colaborativos de que o Poder Público dispõe para se associar com outros órgãos e entidades governamentais para a realização de um interesse comum com finalidade eminentemente pública.

Em razão da pertinência temática, oportuno mencionar posicionamento já afeiçoado por esta Advocacia no bojo do Parecer nº 303/2018-ADVOSF, do qual extrai-se o seguinte trecho:

*O acordo de cooperação técnica consiste, assim, em instrumento formal utilizado por entes públicos para se estabelecer um vínculo cooperativo ou de parceria entre si, ou ainda, com entidades privadas sem fins lucrativos, que tenham interesses e condições recíprocas ou equivalentes, de modo a realizar um propósito comum voltado ao interesse público.*

*Cuida-se, portanto, de instrumento jurídico destinado a promover o fomento e o apoio à execução de projetos e à adoção de práticas inovadoras no âmbito governamental, de modo a conferir maior eficiência, eficácia e efetividade à gestão pública e à prestação de serviços à sociedade. Nesta seara, **cada um dos partícipes colabora com a sua parcela de conhecimento, equipamentos ou até mesmo equipe, para que seja alcançado o objetivo acordado, inexistindo, contudo, qualquer tipo de repasse financeiro entre as partes.***

*[grifo nosso]*

Impende destacar, ainda, que o instrumento jurídico sob exame não se confunde com o “Acordo de Cooperação” de que trata a Lei nº 13.019/2014, com a redação dada pela Lei nº 13.204/15, notadamente em seu artigo 2º, VIII–A, orientado a regular parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, a despeito de







## SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

ambas as modalidades visarem uma atuação conjunta destinada ao alcance de um objetivo comum.

No caso, percebe-se da leitura do termo sob exame, notadamente de sua Cláusula Primeira – Do Objeto, que este traduz o interesse mútuo de ambos os órgãos públicos, eis que se busca a parceria entre os celebrantes para a participação da Casa Legislativa na implementação das ações de modernização do ILB/INTERLEGIS - Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo, portanto, a finalidade eminentemente pública.

A natureza cooperativa do ajuste decorre especificamente da inexistência de compromissos financeiros e tampouco previsão para a transferência de recursos financeiros entre os partícipes, consoante preceitua a Cláusula Sexta – Dos Recursos Financeiros.

No caso em questão, não há necessidade de atendimento aos rigores de ordem orçamentária nem tampouco a observância hígida das regras previstas na Lei nº 8.666/93, cujas disposições aplicam-se no que couber, observando-se, no mínimo, as seguintes informações, na forma do art. 116 do referido Diploma:

- I – identificação do objeto a ser executado;*
- II – metas a serem atingidas;*
- III – etapas ou fases de execução;*
- IV – plano de aplicação dos recursos financeiros;*
- V – cronograma de desembolso;*
- VI – previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;*



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

*VII – se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.*

Foram devidamente observados os ditames dos incisos I, II e III, dispensando-se as usuais cautelas orçamentárias de que tratam os incisos IV e V em vista da inexistência de transferência de recursos entre as partes.

O inciso VI mostra-se atendido pela inclusão de uma cláusula de vigência (Cláusula Sétima – Da Vigência), duração de 60 (sessenta) meses. Há previsão da possibilidade de extinção do pacto, a qualquer tempo no caso do descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições (Cláusula Oitava – Da Extinção).

Quanto à vigência do acordo em questão, impende mencionar também a inaplicabilidade do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993. A saber, tal artigo limita a duração dos contratos regidos pela Lei supramencionada à vigência dos créditos orçamentários, de modo que não se aplicaria aos ajustes como o de que ora se cuida, em função da mencionada ausência de reflexo orçamentário e financeiro.

Assim, não há óbice ao prazo de vigência de 60 (sessenta) meses estabelecido na Cláusula Sétima da minuta ora em análise, posto que não há cláusula de permanência obrigatória, conforme previsão contida na Cláusula Oitava da minuta.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

As metas a serem atingidas por meio do instrumento em comento foram traduzidas respectivamente no Plano de Trabalho (doc. nº 00100.012004/2021-45, Anexo I), contemplando os objetivos gerais e específicos almejados, os resultados esperados e as ações a serem adotadas no âmbito da cooperação pretendida.

Registre-se que o Plano de Trabalho se refere ao detalhamento das responsabilidades assumidas pelos partícipes, conforme disposto no §1º do artigo 116 da Lei nº 8.666/93.

No que se refere à higidez da entidade com a qual o Senado Federal firmará o pretendido ajuste, foram devidamente acostados aos autos documentos que comprovam a situação do celebrante perante o FGTS, a Justiça do Trabalho, o CEIS e o CNJ (doc. nº 00100.015048/2021-27-1). Acerca disso, recomenda-se a renovação da certidão do FGTS, bem como das que se encontrarem vencidas no momento da formalização da avença. Ademais, a certidão junto à Receita Federal encontra-se com pendência, razão pela qual o órgão técnico solicitou a regularização à Câmara Municipal, a fim de dar regular prosseguimento à avença, doc. nº 00100.015048/2021-27-2.

A gestão ficará a cargo do Chefe do Serviço de Contratos e Convênios e seu Substituto, sendo necessária sua designação oficial, nos termos do artigo 9º, inciso VIII, do Anexo V da Resolução nº 13/2018.

Quanto à minuta, observa-se que seu teor se encontra adequado à legislação de regência e obedece a redação comumente adotada no âmbito desta Casa Legislativa. Recomenda-se, no entanto, as seguintes modificações:





## SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Na Cláusula Primeira, em seu Parágrafo Primeiro, recomendamos realizar a substituição da expressão “Termo” por **Ajuste**.

Também na Cláusula Primeira, Parágrafo Segundo, orientamos substituir a seguinte expressão: “na Cláusula Primeira” por **“Nesta Cláusula”**.

Na Cláusula Sétima, sugere-se o texto abaixo para aprimoramento de sua redação:

Este Acordo de Cooperação Técnica terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de sua publicação.

Na Cláusula Oitava, sugere-se o seguinte texto:

O presente acordo será extinto pelo término de sua vigência ou rescindido de imediato em caso de descumprimento de quaisquer de suas cláusulas; bem como poderá ser denunciado livremente por qualquer das partes com prazo mínimo de antecedência de 90 (noventa) dias.

Diante das reiteradas recomendações desta Advocacia acerca das modificações supracitadas, sugere-se a padronização das minutas de Acordo de Cooperação Técnica do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) para a melhor fluidez dos demais processos.

### III – CONCLUSÃO:

Atendidas as recomendações aqui formuladas e desde que a autoridade competente delibere no sentido de autorizar a celebração



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

do ajuste, consoante o inciso XIV, art. 72 do Regulamento Administrativo do Senado Federal – RASF (com a redação consolidada pela Resolução nº 13/2018), a minuta ora sob exame poderá ser considerada instrumento apto à sua finalidade.

**É o Parecer**<sup>1</sup>. Junte-se ao processo em epígrafe e encaminhe-se à Coordenação de Planejamento e Controle de Contratações – COPLAC da Secretaria de Administração de Contratações – SADCON para conhecimento e providências pertinentes.

Brasília/DF, 10 de março de 2021.

*(assinado digitalmente)*

**ANDRÉ LUÍS SOARES LACERDA**

*Advogado do Senado Federal*

*OAB/DF 34.656*

---

<sup>1</sup> Parecer elaborado com a colaboração da estagiária Wanessa da Silva Nascimento Cordeiro.





**SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB**

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA que entre si celebram o Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Câmara Municipal de São José de Ribamar - Maranhão, doravante denominada Casa Legislativa.

O **SENADO FEDERAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.530.279/0001-15, com a participação do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) – Escola de Governo do Senado Federal e órgão executor do Programa Interlegis, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, neste ato representado pela Diretora-Geral do Senado, ILANA TROMBKA, e pelo Diretor-Executivo do ILB, MÁRCIO CHALEGRE COIMBRA, doravante denominado SENADO/ILB, e a Câmara Municipal de São José de Ribamar com sede AV GONCALVES DIAS s/n Centro São José de Ribamar – MA CEP: 65110-000 e CNPJ: 07.523.400/0001-20, neste ato representado pelo seu Presidente a Senhora FRANCIMAR LIMA SILVA JACINTHO inscrito no CPF: ... e RG: ..., resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, em conformidade com o que dispõem a Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993, no que couber, e a Resolução do Senado Federal nº 13, de 25 de junho de 2018, mediante as seguintes condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Este Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto estabelecer e regular a participação da CASA LEGISLATIVA na implementação das ações de modernização do ILB/INTERLEGIS - Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo, para estímulo e promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo, cuja execução depende do esforço e interesse comuns de seus partícipes.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** São finalidades deste **Ajuste**:

- I- promover a operacionalização da Comunidade Virtual do Poder Legislativo;
- II- promover a capacitação e o intercâmbio de conhecimentos e Tecnologia da Informação (programas de tecnologia da informação e comunicação) com o fim de aumentar a eficiência das casas legislativas;
- III- estimular a produção, captação e disseminação de informações de interesse dos legisladores brasileiros, de forma a democratizar o acesso às informações necessárias ao desempenho de suas funções legislativas;





SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB

- IV- estimular e promover a participação cidadã nos processos legislativos;
- V- promover a consolidação e a validação dos modelos de integração e modernização desenvolvidos pelo ILB/Programa Interlegis.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Toda ação ou atividade necessária à implementação do objeto deste Acordo, será formalizada por meio de Plano de Trabalho, observado o objeto estabelecido **nesta Cláusula**.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA INTERLEGIS**

São atribuições do ÓRGÃO EXECUTOR:

- I- disponibilizar à CASA LEGISLATIVA, os produtos descritos na Cláusula Quarta, de acordo com as suas viabilidades técnica e financeira;
- II- manter atualizados os sistemas em meio eletrônico disponibilizados pelo Programa Interlegis, propiciando melhoria do processo de modernização para a CASA LEGISLATIVA;
- III- viabilizar os meios técnicos, entendidos como modelos de modernização legislativa nas áreas de tecnologia, comunicação, informação, educação e sustentabilidade, para que a CASA LEGISLATIVA possa apoiar seus legisladores no aumento da transparência, da representatividade e da legitimidade democráticas;
- IV- garantir os meios necessários à disponibilização por sete dias da semana, vinte e quatro horas por dia, dos programas de tecnologia da informação e comunicação fornecidos e hospedados pelo ILB/Programa Interlegis, bem como o seu uso legal durante a vigência deste instrumento, ressalvadas as indisponibilidades necessárias para a realização de manutenções preventivas e corretivas, que serão comunicadas através de serviço de mensageria, bem como as indisponibilidades causadas por incidentes fortuitos fora do controle da equipe técnica, sendo estes comunicados, no mesmo sistema de mensageria, assim que detectados; e
- V- acompanhar e fiscalizar os cumprimentos das metas e a aplicação das soluções previstas no Plano de Trabalho.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CASA LEGISLATIVA**





**SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB**

São atribuições da CASA LEGISLATIVA:

- I- disseminar e divulgar, no âmbito da sua estrutura organizacional, a existência do presente Acordo de Cooperação Técnica e em especial o que estabelece a Cláusula Primeira e respectivos Parágrafos;
- II- providenciar a capacitação de seus colaboradores, bem como a instalação e manutenção de programas e meios de tecnologia da informação e comunicação necessários para o acesso e operação dos produtos e serviços descritos na Cláusula Quarta, e o pessoal necessário à sua operação;
- III- disponibilizar e manter, caso opte em utilizar as soluções disponibilizadas pelo ÓRGÃO EXECUTOR em infraestrutura própria, a infraestrutura para instalação de programas de tecnologia da informação e comunicação disponibilizadas pelo ÓRGÃO EXECUTOR, nos termos da Cláusula Quarta;
- IV- promover junto à equipe técnica do ILB/Programa Interlegis a inclusão, a exclusão e a atualização das informações de usuários, e direitos de acesso aos serviços oferecidos pelo Programa, no cadastro de autorizados, localizados na sede em Brasília;
- V- informar a todos os usuários cadastrados sobre as normas de utilização estabelecidas para o uso de programas e meios de tecnologia da informação e comunicação, disponibilizados pelo ILB/Programa Interlegis;
- VI- indicar servidor responsável administrativo pela boa execução das cláusulas celebradas neste Acordo de Cooperação Técnica, informando a sua eventual substituição;
- VII- designar e comunicar formalmente ao ÓRGÃO EXECUTOR o servidor responsável técnico pelas soluções descritas na Cláusula Quarta a serem implantadas pelo ILB/Programa Interlegis, informando sua eventual substituição;
- VIII- incentivar o desenvolvimento colaborativo de soluções tecnológicas para a melhoria dos seus processos, assim como torná-las disponíveis no repositório de soluções do Interlegis, quando for o caso, e promover seu aperfeiçoamento, objetivando a utilização por outros membros da Comunidade Virtual do Poder Legislativo; e
- IX- prestar contas, anualmente, das metas previstas no Plano de Trabalho.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS PRODUTOS E SERVIÇOS COLOCADOS**  
**À DISPOSIÇÃO DA CASA LEGISLATIVA**

O ÓRGÃO EXECUTOR desenvolverá junto a CASA LEGISLATIVA ações de modernização, a partir do fornecimento de produtos e serviços de tecnologia, no intuito de ser atendido o objeto deste Acordo.







SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Os produtos disponibilizados para a CASA LEGISLATIVA têm respaldo nas suas normas de uso estabelecidas pelo ILB/Programa Interlegis e em conformidade com a legislação pertinente, enquanto software público, com o intuito de implementar o objeto deste Acordo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Os serviços disponibilizados para a CASA LEGISLATIVA têm respaldo nas suas normas de prestação estabelecidas pelo ILB/Programa Interlegis e em conformidade com a legislação pertinente, enquanto órgão público federal, com o intuito de implementar o objeto deste Acordo de Cooperação Técnica.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CASA LEGISLATIVA**

São de inteira responsabilidade da CASA LEGISLATIVA:

- I- a boa e regular manutenção das soluções do ILB/Programa Interlegis na forma estabelecida neste termo;
- II- as consequências legais ou técnicas advindas de instalação ou uso de programas de computadores não distribuídos pelo ORGÃO EXECUTOR;
- III- as informações alimentadas em seus bancos de dados, o conteúdo das páginas internet e mensagens eletrônicas originadas de seus equipamentos;
- IV- os danos que vierem a ocorrer por imperícia ou imprudência do pessoal designado para utilização dos programas de tecnologia da informação e comunicação oferecidas pelo ÓRGÃO EXECUTOR;
- V- no caso de desistência da utilização dos programas de tecnologia da informação e comunicação pela Casa Legislativa, esta se obriga a informar com a devida antecedência ao ILB/Programa Interlegis, nos termos da Cláusula Oitava.

### **CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Este Acordo de Cooperação Técnica não implica compromissos financeiros entre os convenientes. O custeio das despesas inerentes às atividades eventualmente acordadas pelos celebrantes correrá por conta das dotações orçamentárias de cada um deles, não significando, em qualquer hipótese, a transferência de valores entre os partícipes.





SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

Este Acordo de Cooperação Técnica terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de sua publicação.

### CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO

O presente acordo será extinto pelo término de sua vigência ou rescindido de imediato em caso de descumprimento de quaisquer de suas cláusulas; bem como poderá ser denunciado livremente por qualquer das partes com prazo mínimo de antecedência de 90 (noventa) dias.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** A eventual extinção, denúncia ou rescisão deste Acordo ensejará o fim da cooperação entre os partícipes, bem como o encerramento da disponibilização de serviços pelo ÓRGÃO EXECUTOR à CASA LEGISLATIVA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Fica assegurado o acesso, pela CASA LEGISLATIVA, aos backups de todas as informações a ela pertencentes e que estão sob a guarda do Interlegis, pelo prazo de 60 dias após a eventual extinção do Acordo de Cooperação Técnica.

### CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Ao nome do Instituto Legislativo Brasileiro/Programa Interlegis não poderão ser vinculados qualquer outro fato ou ato distinto do objeto deste Acordo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** É parte integrante deste Acordo de Cooperação Técnica os Planos de Trabalho, anexos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** Os casos omissos serão solucionados mediante entendimento entre os partícipes e formalizados por meio de Termos Aditivos.





SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Acordo de Cooperação Técnica será publicado pelo ÓRGÃO EXECUTOR, em forma resumida, no Diário Oficial da União.

E, por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, juntamente com as testemunhas.

Brasília

---

**ILANA TROMBKA**  
Diretora-Geral do Senado Federal

---

**MÁRCIO CHALEGRE COIMBRA**  
Diretor Executivo do ILB  
Programa Interlegis

---

**FRANCIMAR LIMA SILVA  
JACINTHO**  
Presidente da Câmara Municipal de São José  
de Ribamar - MA  
CPF: 705.718.563-49  
RG: 207179620021

### TESTEMUNHAS:

---

...  
Câmara Municipal de ...  
CPF: ...  
RG: ...

---

...  
Câmara Municipal de ...  
CPF: ...  
RG: ...





SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

Nº

Instrumento que integra o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Câmara Municipal de ... e o Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro - ILB/Programa Interlegis, contendo todo detalhamento das responsabilidades assumidas pelos partícipes, conforme disposto no §1º, art. 116, da lei 8.666/93.

**1. DADOS CADASTRAIS**

Câmara Municipal de ...

CNPJ: ...

Estado: ...

Endereço: ...

CEP: ...

Fone: ...

**2. OBJETIVO**

O presente Plano de Trabalho tem como objetivo subsidiar o planejamento, a execução, o monitoramento e o controle da atuação do ILB/Interlegis junto a Casa Legislativa, objetivando a realização das Ações solicitadas formalmente pela Casa Legislativa e oferecidas no sitio do LB/Interlegis ([www.interlegis.leg.br](http://www.interlegis.leg.br) – Consultoria e Informação; Produtos de Tecnologia; Capacitação ILB e Relacionamento).

**3. JUSTIFICATIVA**

O desenvolvimento deste plano assegura a ampliação das Ações de modernização e integração compatíveis com a missão do ILB/Interlegis junto ao Legislativo Brasileiro.

**4. METAS A SEREM ATINGIDAS**

1. Aprovação e assinatura do Termo de Acordo de Cooperação Técnica entre os partícipes;
2. Estabelecimento de rotinas periódicas de disponibilização de dados e informações entre os partícipes, preferencialmente por meio eletrônico, observadas as limitações técnicas e legais;





SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB

3. Desenvolvimento e compartilhamento de programas e meios de tecnologia de informação e comunicação, do intercâmbio de conhecimentos e de informações de bases de dados entre os partícipes, em especial:

3.1. Implantação e manutenção na Casa Legislativa de programas e meios de tecnologia da informação e comunicação, fornecidos pelo ILB/Interlegis, com a atualização periódica de seus dados e informações; e

4. Realização de eventos locais, pela Casa Legislativa, objetivando a difusão dos padrões e instrumentos do ILB/Interlegis, em conjunto com a Comunidade Virtual do Legislativo (Rede de casas legislativas conveniadas).

## 5. FASES DE EXECUÇÃO

As atividades terão início na data de assinatura do Plano de Trabalho e se encerrarão no fim da vigência do Acordo de Cooperação Técnica, agrupadas nas fases de Diagnóstico, Planejamento, Execução, Monitoramento e Controle.

## 6. PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

O presente termo não implica transferência de recursos financeiros, determinando-se que o ônus decorrente de ações específicas, desenvolvidas em razão do instrumento, são de responsabilidade dos respectivos partícipes.

## 7. RESPONSABILIDADES DA CASA LEGISLATIVA

A Casa Legislativa que sediar as Ações, prevista neste termo, será responsável pelo fornecimento de:

- a. Espaço compatível para a realização das Ações, previstas para a Casa;
- b. Logística de recepção e traslados dos técnicos e autoridades;
- c. Técnicos para o aprendizado no uso das tecnologias fornecidas pelo ILB/Interlegis, que efetivamente serão os operadores desta tecnologias, dentro da Casa;
- d. Colaboração, de acordo com as possibilidades, no desenvolvimento de soluções para o Legislativo Brasileiro, a partir do ambiente <https://colab.interlegis.leg.br/>; e
- e. Assegurar a atualização das informações nos bancos de dados dos produtos a serem implantados.

## 8. VALIDADE DO PLANO DE TRABALHO

O plano de trabalho terá validade durante toda a vigência do Acordo de Cooperação Técnica, de comum acordo dos partícipes.





SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB

## 9. APROVAÇÃO PELOS PARTICÍPES

**APROVADO, após análise técnica.**

Brasília-DF,... de ... de ...

---

**ILANA TROMBKA**  
Diretora-Geral  
SENADO FEDERAL

---

...  
Presidente  
CÂMARA MUNICIPAL DE ...





## SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração das Contratações – SADCON  
 Coordenação de Planejamento e Controle de Contratações – COPLAC  
 Serviço de Contratos – SECON

Ofício nº 224/2021 – SECON/COPLAC/SADCON (SIGAD)

Ao Sr. Diretor da SADCON.

**Assunto: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA. Novo Acordo de Cooperação Técnica. Deliberação final.**

1. Tratam os autos de novo Acordo de Cooperação Técnica que tem por objeto estabelecer e regular a participação da Câmara Municipal de São José de Ribamar/MA na implementação das ações de modernização do Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB/INTERLEGIS, para estímulo e promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo.
2. A Câmara Municipal de São José de Ribamar/MA, por meio do documento nº 00100.011991/2021-61, manifestou interesse em celebrar Acordo de Cooperação Técnica com o Senado, com o intuito de viabilizar a implantação dos seus produtos e serviços para atender as necessidades da Câmara Municipal, mediante adesão ao Programa INTERLEGIS. Por meio do documento nº 00100.011997/2021-38, o Instituto manifestou concordância com a celebração da avença.
3. Ato contínuo, o Serviço de Contratos e Convênios – SCCO juntou aos presentes autos a minuta de Acordo de Cooperação Técnica e seu Plano de Trabalho, documento nº 00100.012004/2021-45. Na sequência, os autos foram remetidos a essa SADCON, mediante documento nº 00100.012293/2021-82, oportunidade em que foram sugeridos os gestores titular e substituto, a fim de dar continuidade à instrução.
4. Ressalta-se que o Acordo em questão **não** implica transferência de recursos financeiros entre os partícipes, conforme Cláusula Sexta do instrumento. Ademais, registre-se que a Câmara Municipal São José de Ribamar/MA se encontra em situação regular junto ao FGTS, à Justiça do Trabalho, ao CEIS e ao CNJ, **Anexo I**. Não obstante, não foi possível obter certidão válida junto à Receita Federal. Entretanto, consoante se verifica nos Pareceres nºs 517/2020 (documento nº 00100.080596/2020-47) e 358/2018 (documento nº 00100.084263/2018-72), a ADVOSF entendeu que a situação apresentada pode ser objeto de flexibilização em avenças que não envolvem transferências de recursos financeiros, conforme trecho a seguir:

**“Além das causas já mencionadas no art. 32 da Lei 8.666/93, em que poderá ser dada à Administração margem discricionária quanto às certidões, quanto aos termos de cooperação técnica, que se caracterizam pela colaboração entre os partícipes e ausência de recursos financeiros, poderá haver também uma maior flexibilização. Entretanto, esclarece-se que todas as situações deverão ser analisadas à luz do caso concreto sob a ótica do interesse público perseguido”.**  
**(nosso grifo).**





Processo nº 00200.001803/2021-68

## SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração das Contratações – SADCON  
 Coordenação de Planejamento e Controle de Contratações – COPLAC  
 Serviço de Contratos – SECON

5. Ante o exposto, a minuta de **Acordo de Cooperação Técnica e o Plano de Trabalho, documento nº 00100.012004/2021-45**, foram encaminhados para análise jurídica, documento nº 00100.015048/2021-27, haja vista que a apreciação dos aspectos legais, regulamentares e jurisprudenciais compete à Advocacia do Senado Federal, consoante art. 230 do RASF. A análise jurídica foi registrada no Parecer nº 143/2021 – ADVOSF, documento nº 00100.023937/2021-68, por meio do qual o Órgão Jurídico entendeu que a minuta encontra consonância com as leis de regência, recomendando, não obstante, a revisão de aspectos redacionais, o que resultou na **nova minuta, documento nº 00100.025332/2021-10**.

6. Nesses termos, sugere-se s.m.j., o encaminhamento dos autos à DGER para deliberação final, consoante o disposto no art. 9º, IV, VI, VIII e XV, do Anexo V à Resolução nº 13/2018 (Política de Contratações do Senado Federal), fazendo-se necessário:

- a. DELIBERAR quanto à **celebração** de novo Acordo de Cooperação Técnica para o objeto em tela com a **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA**, tendo em vista a ausência de certidão válida junto à Receita Federal, e considerando o teor da manifestação da ADVOSF nos Pareceres nºs 517/2020 (documento nº 00100.080596/2020-47) e 358/2018 (documento nº 00100.084263/2018-72);
- b. APROVAR a minuta de **Acordo de Cooperação Técnica**, bem como o **Plano de Trabalho, documento nº 00100.025332/2021-10**; e
- c. DESIGNAR os gestores titular e substituto.

Respeitosamente,

(Assinado eletronicamente)

**Nathália Villela**

**Coordenadora da COPLAC substituta**

**De Acordo.**

À apreciação da Senhora Diretora-Geral.

(Assinado eletronicamente)

**Rodrigo Galha**

**Diretor da SADCON**

U:\COPLAC\SECON\SECON2021\ENCAMINHAMENTOS\DGER\ACT, PI e CN\CÂM. MUN. SAO JOSE DE RIBAMAR - NOVO ACT 001803 2021 (LP).doc







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MUNICIPIO DE SAO JOSE DE RIBAMAR - CAMARA MUNICIPAL (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.523.400/0001-20

Certidão n°: 5702007/2021

Expedição: 12/02/2021, às 14:43:55

Validade: 10/08/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MUNICIPIO DE SAO JOSE DE RIBAMAR - CAMARA MUNICIPAL (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **07.523.400/0001-20**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 07.523.400/0001-20

**Razão Social:** RIBAMAR CAMARA MUNICIPAL

**Endereço:** AVE GONCALVES DIAS S/N / CENTRO / SAO JOSE DE RIBAMAR / MA /  
65110-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 12/03/2021 a 10/04/2021

**Certificação Número:** 2021031200563188923831

Informação obtida em 15/03/2021 13:32:03

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (15/03/2021 às 13:36) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 07.523.400/0001-20.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 604F.8D1D.C98B.0205 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)



15/03/2021

Detalhamento das Sanções Vigentes - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS - Portal da transparência

## FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 07523400000120

LIMPAR

De De	DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
----------	----------	------------------------	--------------------	------------------	-----------------------------	----------------	------------------------------	------------

Nenhum registro encontrado





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

Processo nº 00200.001803/2021-68

**Assunto:** CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA. Acordo de Cooperação Técnica. Autorização.

**Senhora Diretora-Geral,**

Tratam os autos de proposta para formalização de Acordo de Cooperação Técnica com o objetivo de estabelecer e regular a participação da CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA na implementação das ações de modernização do ILB/INTERLEGIS – Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo, para estímulo e promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo.

Por meio do Ofício nº 224/2021-SECON/COPLAC/SADCON (documento nº 00100.025338/2021-89), a unidade técnica prestou as seguintes informações relativas à instrução:

2. A Câmara Municipal de São José de Ribamar/MA, por meio do documento nº 00100.011991/2021-61, manifestou interesse em celebrar Acordo de Cooperação Técnica com o Senado, com o intuito de viabilizar a implantação dos seus produtos e serviços para atender as necessidades da Câmara Municipal, mediante adesão ao Programa INTERLEGIS. Por meio do documento nº 00100.011997/2021-38, o Instituto manifestou concordância com a celebração da avença.
3. Ato contínuo, o Serviço de Contratos e Convênios – SCCO juntou aos presentes autos a minuta de Acordo de Cooperação Técnica e seu Plano de Trabalho, documento nº 00100.012004/2021-45. Na sequência, os autos foram remetidos a essa SADCON, mediante documento nº 00100.012293/2021-82, oportunidade em que foram sugeridos os gestores titular e substituto, a fim de dar continuidade à instrução.
4. Ressalta-se que o Acordo em questão não implica transferência de recursos financeiros entre os partícipes, conforme Cláusula Sexta do instrumento. Ademais, registre-se que a Câmara Municipal São José de Ribamar/MA se encontra em situação regular junto ao FGTS, à Justiça do Trabalho, ao CEIS e ao CNJ, Anexo I. Não obstante, não foi possível obter certidão válida junto à Receita Federal. Entretanto, consoante se verifica nos Pareceres nº 517/2020 (documento nº 00100.080596/2020-47) e 358/2018 (documento nº 00100.084263/2018-72), a ADVOSF entendeu que a situação apresentada pode ser objeto de flexibilização em avenças que não envolvem transferências de recursos financeiros, conforme trecho a seguir:

Além das causas já mencionadas no art. 32 da Lei 8.666/93, em que poderá ser dada à Administração margem discricionária quanto às certidões, quanto aos termos de cooperação técnica, que se caracterizam pela colaboração entre os partícipes e ausência de recursos financeiros, poderá haver também uma maior flexibilização. Entretanto, esclarece-se que todas





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

as situações deverão ser analisadas à luz do caso concreto sob a ótica do interesse público perseguido. (Grifo nosso).

5. Ante o exposto, a minuta de Acordo de Cooperação Técnica e o Plano de Trabalho, documento nº 00100.012004/2021-45, foram encaminhados para análise jurídica, documento nº 00100.015048/2021-27, haja vista que a apreciação dos aspectos legais, regulamentares e jurisprudenciais compete à Advocacia do Senado Federal, consoante art. 230 do RASF. A análise jurídica foi registrada no Parecer nº 143/2021 – ADVOSF, documento nº 00100.023937/2021-68, por meio do qual o Órgão Jurídico entendeu que a minuta encontra consonância com as leis de regência, recomendando, não obstante, a revisão de aspectos redacionais, o que resultou na nova minuta, documento nº 00100.025332/2021-10.

Por fim, o Senhor Diretor da SADCON encaminhou os autos à deliberação da Diretoria-Geral, quanto à oportunidade e conveniência de celebração de Acordo de Cooperação Técnica, consoante o disposto no art. 9º, IV, VI, VIII e XV, do Anexo V à Resolução nº 13/2018 (Política de Contratações do Senado Federal).

Considerando as informações constantes dos autos, o encaminhamento do Senhor Diretor da SADCON e os benefícios esperados pela celebração da avença ora em exame, recomenda-se a celebração do Acordo de Cooperação bem como a aprovação da minuta de instrumento e a designação de gestores indicados.

À consideração de Vossa Senhoria.

Diretoria-Geral, 16 de março de 2021.

(assinatura digital)  
**Kleber Minatogau**  
Assessor Técnico

(assinatura digital)  
**Tahmineh Maria Shokranian de Mello**  
Assessora Técnica





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

**De acordo.** Acolho a instrução contida nos autos, e com fundamento no art. 9.º, incisos IV, VI, VIII e XV, do Anexo V, do RASF, consolidado pela RSF n.º 13/2018, delibero nos termos seguintes:

1. Considerando o teor das manifestações da ADVOSF nos Pareceres n.ºs 517/2020 (documento n.º 00100.080596/2020-47) e 358/2018 (documento n.º 00100.084263/2018-72), que tratam da ausência de certidão válida junto à Receita Federal, **AUTORIZO** a celebração de novo Acordo de Cooperação Técnica com a CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA, nos termos propostos;
2. **APROVO** a minuta do Acordo de Cooperação Técnica e o Plano de Trabalho, documento n.º 00100.025332/2021-10; e
3. **DESIGNO** os gestores titular e substituto, indicados na PDG anexa.

Encaminhem-se os autos à **SEPUGP** e, posteriormente, à **SADCON** para as providências de sua alçada.

Brasília, 16 de março de 2021.

*(verificar assinatura digital)*

**ILANA TROMBKA**  
**Diretora-Geral**





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

## PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL

Nº 1443 de 2021

A **DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso VIII, do Anexo V do Regulamento Administrativo, consolidado pela RSF nº 13/2018, e tendo em vista o que consta do Processo nº **00200.001803/2021-68**,

### RESOLVE:

Art. 1º Designar o **Serviço de Contratos e Convênios (SCCO/COADFI/DEXILB)**, com órgão gestor do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de março de 2021.

*(assinado eletronicamente)*

**ILANA TROMBKA**  
**Diretora-Geral**

